

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Balancos Patrimoniais individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Caixa e equivalentes de caixa	8	56	3.303	69.043	56.462	Fornecedores	14	370	1.089	16.171	1.550
Contas a receber partes relacionadas	20	17	454	17	454	Imposto de renda e contribuição social	19	-	205	716	419
Impostos a recuperar		50	7	745	12	Obrigações fiscais		18	52	1.023	55
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		43	34	455	39	Obrigações sociais e trabalhistas		-	532	-	533
Adiantamento a fornecedores	9	22	34	4.325	2.046	Financiamentos	15	-	-	7.570	-
Despesas antecipadas		-	-	1.627	-	Outras contas a pagar	14	24	45	97	209
Outras contas a receber		93	7	544	1						
Total do ativo circulante		281	3.839	76.756	59.014	Total do passivo circulante		412	1.923	25.577	2.766
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	12.492	-	Financiamentos	15	-	-	398.708	-
Investimentos em controladas	11	414.885	67.103	-	-	Total do passivo não circulante		-	-	398.708	-
Imobilizado	12	67	10	795.898	12.781						
Intangível	13	40.038	40.038	40.038	40.038	Patrimônio líquido	16				
Total do ativo não circulante		454.990	107.151	848.428	52.819	Capital social		481.681	133.153	481.681	133.153
						Prejuízos acumulados		(26.822)	(24.086)	(26.822)	(24.086)
						Total do patrimônio líquido		454.859	109.067	454.859	109.067
						Participação de não controladores		-	-	46.040	-
Total do ativo		455.271	110.990	925.184	111.833	Total do passivo e patrimônio líquido		455.271	110.990	925.184	111.833

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	17	(3.249)	(17.459)	(3.683)	(23.888)
Outras receitas operacionais		-	144	-	144
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(3.249)	(17.315)	(3.683)	(23.744)
Receitas financeiras	18	100	487	1.562	1.162
Despesas financeiras	18	-	(277)	(276)	(341)
Resultado financeiro líquido		100	210	1.286	821
Resultado de equivalência patrimonial	11	413	(6.040)	-	-
Resultado antes dos impostos		(2.736)	(23.145)	(2.397)	(22.923)
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	(205)	(373)	(427)
Prejuízo líquido do exercício		(2.736)	(23.350)	(2.770)	(23.350)
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		(2.736)	(23.350)	(2.736)	(23.350)
Acionistas não controladores		-	-	(34)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(2.736)	(23.350)	(2.770)	(23.350)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.736)	(23.350)	(2.770)	(23.350)
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(2.736)	(23.350)	(2.736)	(23.350)
Acionistas não controladores	-	-	(34)	-
Resultado abrangente do exercício	(2.736)	(23.350)	(2.770)	(23.350)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.963	-	(919)	9.044	-	9.044
Subscrição de capital social	164.274	(164.274)	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	132.942	-	132.942	-	132.942
Capital social cindido em 30 de novembro de 2021	(9.752)	-	-	(9.752)	-	(9.752)
Reversão imposto de renda e contribuição diferidos sobre transação de capital de 2020	-	-	2.255	2.255	-	2.255
17.b Transferência de investimentos	-	-	(6.541)	(6.541)	-	(6.541)
Transações de capital	-	-	4.469	4.469	-	4.469
Prejuízo do exercício	-	-	(23.350)	(23.350)	-	(23.350)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	164.485	(31.332)	(24.086)	109.067	-	109.067
Subscrição de capital social	379.999	(379.999)	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	348.528	-	348.528	46.074	394.602
17.a Prejuízo do exercício	-	-	(2.736)	(2.736)	(34)	(2.770)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	544.484	(62.803)	(26.822)	454.859	46.040	500.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(2.736)</u>	<u>(23.145)</u>	<u>(2.397)</u>	<u>(22.923)</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades financeiras:					
Depreciação do ativo de direito de uso		-	457	-	457
Juros sobre passivo de arrendamento		-	41	-	41
Baixa de ativo imobilizado	12	-	-	544	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	<u>(413)</u>	<u>6.040</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>(3.149)</u>	<u>(16.607)</u>	<u>(1.853)</u>	<u>(22.425)</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber partes relacionadas		437	(14.825)	(17)	(14.899)
Impostos a recuperar		(43)	15	(733)	87
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(9)	(294)	(416)	(302)
Adiantamento a fornecedores		12	(300)	(2.279)	(1.661)
Despesas antecipadas		-	-	(1.627)	-
Outras contas a receber		(86)	(395)	(544)	(1.122)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(719)	6.209	(872)	15.024
Obrigações sociais e trabalhistas		(532)	3.275	(533)	3.262
Obrigações fiscais		(34)	(35)	967	(6)
Outras contas a pagar		<u>(21)</u>	<u>35</u>	<u>(111)</u>	<u>386</u>
Caixa (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais		<u>(4.144)</u>	<u>(22.922)</u>	<u>(8.018)</u>	<u>(21.656)</u>
Impostos renda e contribuição social pagos		<u>(205)</u>	<u>-</u>	<u>(76)</u>	<u>(8)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades operacionais		<u>(4.349)</u>	<u>(22.922)</u>	<u>(8.094)</u>	<u>(21.664)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aporte de capital em investidas	11	(347.369)	(63.418)	-	-
Mútuo financeiros com partes relacionadas		-	-	454	-
Aplicações financeiras vinculadas	10	-	-	(12.492)	-
Alienação de participação societária	16 b.	-	-	46.041	-
Aquisição de intangível	13	-	(40.038)	-	(40.038)
Aquisição de ativo imobilizado	12	<u>(57)</u>	<u>(55)</u>	<u>(761.969)</u>	<u>(12.320)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(347.426)</u>	<u>(103.511)</u>	<u>(727.966)</u>	<u>(52.358)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos	15	-	-	406.984	-
Custo de captação de financiamentos	15	-	-	(6.871)	-
Pagamento de principal e juros de passivo de arrendamento		-	(499)	-	(499)
Caixa líquido gerado (cindido) do processo de reorganização societária	23	-	(10.008)	-	(10.008)
Integralização de capital social	16.a	<u>348.528</u>	<u>132.942</u>	<u>348.528</u>	<u>132.942</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>348.528</u>	<u>122.435</u>	<u>748.641</u>	<u>122.435</u>
Aumento líquido / (redução) líquida no saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u>(3.247)</u>	<u>(3.998)</u>	<u>12.581</u>	<u>48.413</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	3.303	7.301	56.462	8.049
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	<u>56</u>	<u>3.303</u>	<u>69.043</u>	<u>56.462</u>
		<u>(3.247)</u>	<u>(3.998)</u>	<u>12.581</u>	<u>48.413</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. (“Companhia”) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem como controlador integral a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 05 de março de 2020 com o objetivo de centralizar os projetos e investimentos em fase de desenvolvimento. Em fevereiro de 2021, a Companhia realizou a cisão parcial com o objetivo de segregar o acervo do Grupo, a fim de manter na Companhia apenas os projetos em fase pré-operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.

As movimentações dos investimentos em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como “Companhia” ou Grupo). O Grupo está envolvida primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica e encontra-se em 31 de dezembro de 2022 em operação

As controladas que compõem o projeto Lar do Sol a qual a Companhia detém o controle, possuem um contrato de venda de energia incentivada que prevê o fornecimento total anual de 429 GWh para atender prioritariamente a Unipar Carbocloro S.A., durante o prazo de 18 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2042. Considerando que as controladas da Companhia estarão em operação comercial no início de 2023, a controlada da Companhia Atlas Lar do Sol Holding, firmou um contrato de venda de energia no mercado livre com duração até 31 de dezembro de 2023, o qual irá comprometer a totalidade da geração realizada do projeto.

As controladas da Companhia não possuem garantia física definida pelo Ministério de Minas e Energia, no entanto, segue o Art. 6º da portaria 60/2020, e não realiza operações de venda de energia que superem o volume histórico de geração das controladas Lar do Sol I Ltda, Lar do Sol II Ltda e Lar do Sol II Ltda.

1.2 Autorizações para exploração

As Controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Início de operação comercial</i>	<i>Status</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>
UFV LAR DO SOL I	09/04/2019 a 09/03/2054	99,00	01/2023	Em construção	ACL	MG
UFV LAR DO SOL II	09/04/2019 a	49,50	01/2023	Em construção	ACL	MG

	09/03/2054					
UFV LAR DO SOL III	09/04/2019 a 09/03/2054	49,50	01/2023	Em construção	ACL	MG

As controladas indiretas Lar do Sol I, II e III terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com sua controladora Atlas Lar do Sol Holding Ltda, com o início a partir 01 de janeiro de 2024 para suprir os contratos de venda firmados, pela controlada, bilateralmente no ambiente de contratação livre.

1.3 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo em 2022, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 131 (R\$ 1.916 em 31 de dezembro de 2021) prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 2.736 (R\$ 23.350 em 31 de dezembro de 2021). Também apresenta fluxo de caixa operacional negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 4.349 (R\$ 22.922 em 31 de dezembro de 2021). O prejuízo acumulado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 26.822 (R\$24.086 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, uma vez que as investidas possuem previsão de entrada em operação em 2023 e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.

- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A. e suas controladas, listadas a seguir:

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

Controladas	País	Participação acionária %			
		2022		2021	
Altas Lar do Sol Holding Ltda. (a)	Brasil	Direta	100%	Direta	100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A. (b)	Brasil	Indireta	90%	Indireta	100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. (b)	Brasil	Indireta	90%	Indireta	100%
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. (b)	Brasil	Indireta	90%	Indireta	100%

- a) A Companhia tem por objetivo centralizar os investimentos das Companhias em desenvolvimento. Atualmente esses investimentos contemplam as investidas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.
- b) As controladas foram constituídas entre setembro e outubro de 2018, e tem como objeto social a implantação e exploração da usina de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica;

2.1 Alienação de participação societária

Em 09 de agosto de 2022, a controlada Lar do Sol Holding Ltda, firmou contrato de compra e vendas de ações das investidas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A com a Unipar Carbocloro S.A., no qual realizou a venda de 10% das ações destes investimentos, passando a controlada Lar do Sol Holding Ltda deter 90% das ações das controladas. Como parte da negociação comercial, principalmente em relação ao contrato de venda de energia firmado com a Unipar Carbocloro S.A., a precificação ocorreu com base nos saldos líquidos de imobilizado, caixa e endividamento. Abaixo, são apresentados os valores resultantes da alienação e tais investimentos:

Base de	% sobre a	Valor de
---------	-----------	----------

Controladas	precificação em 31/07/2022	precificação da base	alienação de investimentos a receber
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A	154.654	10%	15.465
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A	119.642	10%	11.964
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A	117.989	10%	11.799
	392.285	10%	39.229

A base de precificação de aquisição das empresas ocorreu com base nos valores de livros na data base 31/07/2022:

Empresa	Capex (não auditado)	Caixa (não auditado)	(-) Endividamento (não auditado)	Valor Total (não auditado)
Lar do Sol I	248.421	3.504	(97.271)	154.654
Lar do Sol II	148.013	2.336	(30.707)	119.642
Lar do Sol III	143.568	16.253	(41.832)	117.995
	540.002	22.092	(169.810)	392.229

A divulgação da participação de não controladores está apresentada na nota explicativa nº 16 e.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 21 de março de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira que é mensurada ao valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 12: Refere-se a ativos de imobilizados de uso, a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover.

Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 12: Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2022.

Intangível – Nota explicativa nº 13: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 21: Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da controladora em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

i. Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

ii. Regime de tributação pelo Lucro Presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

iii. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

O imobilizado em andamento registrado pelo Grupo corresponde aos gastos ocorridos até o momento para a obtenção de licenças, aquisição de equipamentos e contratação de serviço para a construção das usinas fotovoltaicas das controladas Lar do Sol. Neste período de construção estes gastos ativados estão sujeitos apenas as eventuais reduções por perda do valor recuperável (*impairment*), caso sejam detectadas evidências substâncias de perda. A depreciação destes ativos iniciará assim que terminar o período de construção e os ativos estiverem nas condições pretendidas pela Administração.

O Grupo não possui despesas de depreciação, tendo em vista que as Controladas se encontram em fase pré-operacional.

f. Ativos intangíveis

Inclui os Direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, a Companhia deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

i. Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

ii. Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

iii. Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômico futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade.

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

iv. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

v. *Gastos subsequentes*

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

vi. *Amortização*

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial do Grupo, previsto para primeiro semestre de 2023.

g. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

(a) *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).
- ao VJORA (Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR a Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros

Ativos financeiros a custo amortizado efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

h. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

O Grupo mensura a provisão para perda com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

l. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, aos quais a Companhia e suas controladas não esperam impactos significativos.

A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita a desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período de aplicação inicial.

A Companhia monitora os desenvolvimentos futuros.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32 e IAS 12)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos bancários (a)	-	30	82	134
Aplicações financeiras curto prazo (b)	56	3.273	68.961	56.328
Caixa e equivalentes de caixa	56	3.303	69.043	56.462

- (a) Inclui depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 98% em 31 de dezembro de 2022 (95% em 31 de dezembro de 2021), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Adiantamento a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	22	34	4.325	2.046

Caixa e equivalentes de caixa	22	34	4.325	2.046
--------------------------------------	-----------	-----------	--------------	--------------

- (a) Refere-se a saldos de adiantamentos a fornecedores de serviços, assessoria e despesas provenientes de despesas que incorrerão em 2023 e que não estão relacionados a imobilizado.

10 Aplicações financeiras vinculadas

	2022	2021
Títulos de valores mobiliários (a)	12.492	-
	12.492	-

- (a) Os valores em 31 de dezembro de 2022 são relativos ao contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Conforme contratos, a Companhia tem a obrigação de manter em caução 2,5% do valor da dívida. Os valores são mantidos como caixa restrito e estarão disponíveis para utilização a longo prazo, conforme realização dos pagamentos.

11 Investimento em controladas

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	100%	414.885	413	413	414.885
		414.885	413	413	414.885
Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	2021
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	100%	67.103	(1.130)	(1.130)	67.103
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda. (i)	-	-	(375)	(375)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda. (i)	-	-	(291)	(291)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda. (i)	-	-	(303)	(303)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda. (i)	-	-	(252)	(252)	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda. (i)	-	-	(51)	(51)	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A. (ii)	-	-	(33)	(33)	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A. (ii)	-	-	(33)	(33)	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. (ii)	-	-	(34)	(34)	-
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	(3.538)	(3.538)	-
		67.103	(6.040)	(6.040)	67.103

- (i) As Companhias do Complexo Casablanca sofreram alteração na denominação social. As Companhias com alteração na denominação referem-se: Central Fotovoltaica CasaBlanca II Ltda., Central Fotovoltaica CasaBlanca III Ltda., Central Fotovoltaica CasaBlanca IV Ltda., Central Fotovoltaica CasaBlanca V Ltda., Central Fotovoltaica

CasaBlanca VI Ltda.

- (ii) A Companhia realizou a transferência dos investimentos direitos para a controlada direta Lar do Sol Holding Ltda., passando a deter o controle indireto dos investimentos, conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
 exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Movimentação do investimento	Part. %	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Equivalênc ia patrimonia l	Aumento de capital	Saldo em 31 de dezembro de 2022
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas Lar do Sol Holding Ltda	100%	67.103	413	347.369	414.885
Total		67.103	413	347.369	414.885

Movimentação do investimento	Part .%	Saldo em 31 de dezembr o de 2020	Equivalê ncia patrimoni al	Aumento / (redução) de capital	Reorganiz ação societária (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2021
<i>Investimentos em controladas</i>						
Atlas Lar do Sol Holding Ltda (i)	100 %	1.143	(1.130)	67.090	-	67.103
Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda. (ii)	-	993	(375)	(899)	281	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda. (ii)	-	1.568	(291)	(1.572)	295	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda. (ii)	-	1.026	(303)	(937)	214	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda. (ii)	-	949	(252)	(861)	164	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda. (ii)	-	1.014	(51)	(724)	(238)	-
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda. (ii)	-	(3.101)	(3.538)	1.321	5.318	-
Total		3.591	(5.940)	63.418	6.034	67.103

- (i) Investida anteriormente denominada Central Fotovoltaica CasaBlanca I Ltda.
- (ii) Em 30 de novembro de 2021 a Companhia realizou processo de reorganização societária, realizando a transferência dos respectivos investimentos para Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A., conforme descrito na nota explicativa número 1.3.a. As Companhias do Complexo Casablanca sofreram alteração na denominação social. As Companhias com alteração na denominação referem-se: Central Fotovoltaica CasaBlanca II Ltda., Central Fotovoltaica CasaBlanca III Ltda., Central Fotovoltaica CasaBlanca IV Ltda., Central Fotovoltaica CasaBlanca V Ltda., Central Fotovoltaica CasaBlanca VI Ltda.

12 Imobilizado

	Consolidado								
	Vida útil	31/12/2020	Adições (ii)	Reorganizaçã o societária em 31 de novembro de 2021 (i)	31/12/2021	Adições (ii)	Juros e custos capitalizados (iii)	Baixa	31/12/2022
Adiantamento a fornecedores		-	5.754	136	5.890	35.813	-	-	41.703
Imobilizado em andamento	-	6.887	7.027	(7.023)	6.891	741.683	6.165	(544)	754.195
Benefícios em imóveis de terceiros	5 anos	12	-	(12)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	10 anos	97	-	(97)	-	-	-	-	-

Total	6.996	12.781	(6.996)	12.781	777.496	6.165	(544)	795.898
--------------	--------------	---------------	----------------	---------------	----------------	--------------	--------------	----------------

- (i) Em 31 de novembro de 2021 a Companhia realizou processo de reorganização societária, realizando a transferência dos respectivos saldos para Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A., conforme descrito na nota explicativa número 2.1.
- (ii) As aquisições referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.
- (iii) Juros sobre financiamentos e custos de captação de financiamentos capitalizados ao ativo imobilizado. O detalhamento dos saldos está demonstrado na nota explicativa nº 15.

Conforme previsto na política contábil de imobilizado constante na nota explicativa nº 6.e, o Grupo não reconheceu em 31 de dezembro de 2022 despesas com depreciação, tendo em vista que as controladas se encontram em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pelo Grupo.

A Companhia e suas controladas avaliaram que até 31 de dezembro de 2022 não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

13 Intangível

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Custo		
Rede Básica de Transmissão Pirapora – MG	40.038	40.038
Total	40.038	40.038

Direito de acesso da rede básica de transmissão Pirapora – MG

Em 2021 o Grupo concretizou a aquisição dos ativos Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A. Juntamente com a aquisição das controladas, a Administração identificou o direito de acesso à rede básica de transmissão Pirapora – MG. Desta forma, após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.f, a Companhia reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 40.038.

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

Projeto	SPE	Início licença	Ativo intangível
Lar do Sol	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	01/01/2023	13.346
Lar do Sol	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	01/01/2023	13.346
Lar do Sol	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	01/01/2023	13.346
			40.038

A Companhia e suas controladas avaliaram que até 31 de dezembro de 2022 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Contratação de serviços (a)	-	33	15.801	494
Fornecedores partes relacionadas (b)	370	1.056	370	1.056
Total de fornecedores	370	1.089	16.171	1.550
Outras provisões com serviços (c)	24	45	97	209
Total de outras contas a pagar	24	45	97	209
Total de fornecedores e outras contas a pagar	394	1.134	16.268	1.759

- (a) Os saldos de serviços a pagar referem-se às contratações necessárias para o processo de construção do parque fotovoltaico.
(b) Conforme nota explicativa número 20.
(c) Refere-se a serviços a faturar de auditoria e outras provisões.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 21.

15 Financiamentos

	2022
Financiamentos	
Saldo inicial	-
Financiamentos tomados (principal)	406.984
Juros incorridos	5.996
Custo incorrido	169
Custo de captação	(6.871)
Saldo final	406.278
Circulante	7.570
Não Circulante	481.681

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2022	31/12/2021
Debêntures	IPCA(*) + 3,15 % a.a.	Nov/45	406.278	-
			406.278	-

Circulante	7.570	-
Não circulante	398.708	-

Os financiamentos mantidos pelas controladas da Companhia foram celebrados em 22 de outubro de 2021, e tiveram as primeiras liberações no montante de R\$ 406.983 nos meses de junho, agosto e setembro de 2022, com o banco BNB (Banco do Nordeste do Brasil S.A.), e são exclusivamente para a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas. O prazo de financiamento é de 24 anos, tendo último vencimento em 15 de novembro de 2045, com carência de 2 anos para o principal e pagamento mensal de juros, calculados através da taxa de 3,15% a.a. + IPCA.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	2022
2024 (a)	21.172
2025	8.349
2026	9.598
2027	10.925
2028 até 2045	348.664
	398.708

(a) Em 2024 se espera uma maior saída de caixa em função do término do período de carência

As controladas da Empresa possuem um bônus de adimplência de 15% caso realize os pagamentos conforme os vencimentos, sem atrasos. Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNB, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o BNB a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Empresa.

Garantias prestadas

O financiamento celebrado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), tem como fiador o Banco BTG Pactual. O Fiador emitiu cartas de fiança em favor do BNB, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Empresa foram asseguradas pelas seguintes garantias:

garantia fidejussória prestada por Lar do Sol Holding e Atlas Brasil Holding 2;
alienação fiduciária de quotas da Empresa, de titularidade dos sócios;
alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade da Empresa;
cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos do Projeto de titularidade da Empresa e das contas relacionadas ao Projeto;
compromisso de aporte de capital na Empresa, pelos sócios;
solidariedade entre as SPEs;
cessão gratuita do direito de superfície;
fiança bancária vigente até a comprovação do aporte total.

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 544.484 (R\$ 164.485 em 31 de dezembro de 2021), representado por 743.373.478 quotas, nominativas e sem valor nominal, os quais a acionista a GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia detém de 100% das ações. O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 481.681 (R\$ 133.153 em 31 de dezembro de 2021).

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve integralização de R\$ 348.528 da seguinte forma: i. Em fevereiro de 2022, no montante de R\$ 32.836; ii. Em maio de 2022, no montante de R\$ 84.030; iii. Em junho de 2022, no montante de R\$ 118.267; em julho de 2022 no montante de R\$ 90.963 e iv. Em agosto de 2022, no montante de R\$ 22.432, todos via transferência bancária pelo acionista à época Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, houve integralização de R\$ 132.942 da seguinte forma: i. Em março de 2021, no montante de R\$ 15.984; ii. Em junho de 2021, no montante de R\$ 40.000; iii. Em setembro de 2021, no montante de R\$ 14.016 e iv. Em outubro de 2021, no montante de R\$ 62.943, todos via transferência bancária pelo acionista à época Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b. Participação dos não controladores

A Companhia reconhece como Participação de não controladores o valor de R\$ 46.041, que corresponde a 10% do total do investimento de acordo com o contrato de compra e venda de ações firmado em 09 de agosto de 2022 a Unipar Carbocloro S.A., onde passou a deter 10% das ações das controladas indiretas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A, conforme nota explicativa nº 2.1.

Abaixo, são detalhados os valores por investida:

Composição da participação de não controladores	Part.%	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A.	10%	212.799	(13)	21.280
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A.	10%	129.738	(10)	12.972
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	10%	117.877	(11)	11.788
Total		460.414	(34)	46.041

17 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal (i)	(1.780)	(27.446)	(1.780)	(27.446)
Contabilidade e auditoria	(150)	(234)	(299)	(807)
Serviços técnicos	(59)	(9.794)	(70)	(12.443)
Assessoria e advogados	(33)	(164)	(222)	(1.825)
Depreciação e amortização	-	(457)	-	(457)
Impostos e taxas	(97)	(487)	(187)	(508)
Internet e comunicação	(40)	(179)	(40)	(179)
Propaganda e publicidade	(24)	(32)	(24)	(32)
Licenças e despesas regulatórias	(436)	(1.310)	(436)	(1.436)
Despesas com aluguel e condomínio	(76)	(131)	(76)	(756)
Despesas consumo do escritório	(89)	(117)	(89)	(117)
Despesas com viagens	(176)	(859)	(176)	(995)
Outras despesas	(289)	(66)	(284)	(704)
Repasso das despesas compartilhadas (ii)	-	23.817	-	23.817
Total	(3.249)	(17.459)	(3.683)	(23.888)

- (i) Em decorrências das reorganizações societárias realizadas (nota explicativa nº 1.3), as despesas de pessoal, assim como as despesas compartilhadas foram remanejadas para a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A., o que resultou em uma redução expressiva destas despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
- (ii) Referem-se ao repasse das despesas compartilhadas com partes relacionadas que estiveram centralizadas na Companhia até 30 de novembro de 2021. (conforme nota explicativa nº 20).

Em 31 de outubro de 2021 a Companhia realizou processo de reorganização societária, assim os resultados apurados até 31 de outubro de 2021 fazem parte das demonstrações financeiras da controladora e consolidados.

18 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	96	331	1.561	1.006
Variação cambial ativa	4	156	1	156
	100	487	1.562	1.162
Despesa financeira				
Despesas bancárias	-	(50)	(278)	(64)
Juros sobre arrendamento	-	(41)	2	(41)
Juros outras contas a pagar	-	-	-	(50)
Variação cambial passiva	-	(186)	-	(186)
	-	(277)	(276)	(341)
Resultado financeiro, líquido	100	210	1.286	821

19 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

a. Imposto de renda e contribuição social correntes

a) Controladora

	Controladora	
	2022	2021
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(2.736)	(23.145)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	(14)	23.747
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	(413)	6.040
Base de cálculo	(3.163)	602
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social (i) (*)	1.072	(205)
Alíquota efetiva	-	34%

O saldo de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2022 é de R\$3.517 (R\$ 354 em 31 de dezembro de 2021). Em função da expectativa da Companhia em não apresentar lucros tributáveis nos próximos exercícios, não foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

- (i) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não reconheceu despesas de imposto de renda e contribuição social, pois percebeu prejuízo fiscal. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu despesa de R\$ 205 de imposto de renda e contribuição social.

b) Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 716 (R\$419 em 31 de dezembro de 2021). A conciliação da despesa com imposto de

renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

Apuração pelo Lucro Presumido		
	2022	2021
Receitas financeiras	1.169	675
Base de cálculo do IRPJ	1.169	675
Imposto de renda a alíquota de 15%	(175)	(100)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(93)	(62)
Total IRPJ	(268)	(162)
Base de cálculo da CSLL	1.169	675
Contribuição social a alíquota de 9%	(105)	(60)
Despesa com imposto de renda e contribuição social (i) (*)	(373)	(222)

- i) As despesas de imposto de renda e contribuição social das investidas Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol I S.A, Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol II S.A e Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A referentes de Abril a Dezembro de 2022 foram reconhecidas como adição de imobilizado, conforme nota explicativa nº 12.
- ii) (*) A despesa de imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022 é de 373 e (R\$ 427 em 31 de dezembro de 2021).

20 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta e final é o GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

A remuneração de pessoal-chave da Administração compreende salários, benefícios monetários e bônus. Em 31 de dezembro de 2022, o total da remuneração foi de R\$0 (R\$ 3.940 em 31 de dezembro de 2021). Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1, a Companhia transferiu a folha de pagamento via cisão, que a partir de 01 de dezembro de 2021, passou a ser paga integralmente pela Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.

Abaixo são demonstrados os saldos com partes relacionadas

<u>Controladora</u>	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receitas / (Despesas)</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<i>(i) Operações partes relacionadas – Nacional</i>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	15	-	3	-	-	13.149
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	53	-	-	-	149
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	-	26	-	-	-	276
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	367	1.056	(302)	-

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	20	-	-	-	401
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	-	-	-	-	401
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	-	-	-	-	401
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	-	-	-	-	401
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	-	1	-	-	-	306
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda. (a)	-	-	-	-	-	306
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	-	-	-	-	-	150
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	-	-	-	-	-	150
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	-	-	-	-	-	150
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA	-	1	-	-	-	87
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	87
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	77
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	77
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda	-	13	-	-	-	13
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda	-	13	-	-	-	13
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda	-	13	-	-	-	13
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia Ltda	-	4	-	-	-	5
Central Fotovoltaica Boa Sorte I Ltda	-	100	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte II Ltda	-	50	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte III Ltda	-	80	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte IV Ltda	-	80	-	-	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	2	-	-	-	-	-
Total	17	454	370	1.056	(302)	16.612

Consolidado

<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receitas / (Despesas)</u>	
<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>

(i) Operações partes relacionadas – Nacional

Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	15	-	3	-	-	13.149
Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda	-	53	-	-	-	149
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.	-	26	-	-	-	276
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	367	1.056	(302)	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar I SPE Ltda.	-	20	-	-	-	401
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar II SPE Ltda.	-	-	-	-	-	401
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar III SPE Ltda.	-	-	-	-	-	401
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar IV SPE Ltda.	-	-	-	-	-	401
Central Fotovoltaica São Pedro II SPE Ltda.	-	1	-	-	-	306
Central Fotovoltaica São Pedro IV SPE Ltda.	-	-	-	-	-	306
Central Fotovoltaica Sol do Futuro I S.A.	-	-	-	-	-	150
Central Fotovoltaica Sol do Futuro II S.A.	-	-	-	-	-	150
Central Fotovoltaica Sol do Futuro III S.A.	-	-	-	-	-	150
Solar Barreiras I Energia SPE LTDA	-	1	-	-	-	87
Solar Barreiras II Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	87
Solar Barreiras III Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	77
Solar Barreiras IV Energia SPE LTDA	-	-	-	-	-	77
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda	-	13	-	-	-	13
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda	-	-	-	-	-	-

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda	-	13	-	-	-	13
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda	-	13	-	-	-	13
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia Ltda	-	4	-	-	-	5
Central Fotovoltaica Boa Sorte I Ltda	-	100	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte II Ltda	-	50	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte III Ltda	-	80	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Boa Sorte IV Ltda	-	80	-	-	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	2	-	-	-	-	-
Total		17	454	370	1.056	(302)
						16.612

(i) Refere-se aos montantes de contas a pagar e receber entre partes relacionadas.

As controladas possuem contratos de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora. O critério de rateio se dá com base na capacidade instalada para cada Controlada em face do total. Os principais gastos compartilhados são:

- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
- Despesas legais e advocatícias e seguros.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	Controladora			
		2022 – Valor contábil		2021 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	56	-	3.273	30
Contas a receber partes relacionadas	20	-	17	-	454
Outras contas a receber		93	93	-	7
		149	110	3.273	491
Passivos					
Fornecedores	14	-	370	-	1.089
Outras contas a pagar	14	-	24	-	45
Total		-	394	-	1.134

	Nível hierárquico do valor juto	Consolidado			
		2022 – Valor contábil		2021 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	68.961	82	56.328	134
Contas a receber partes relacionadas	20	-	17	-	454

Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Aplicações financeiras vinculadas	10	12.492	-	-	-
Outras contas a receber		-	544	-	1
		81.453	643	56.328	589
Passivos					
Fornecedores	14	-	16.171	-	1.550
Outras contas a pagar	14	-	97	-	209
Financiamentos	15	-	406.278	-	-
Total		-	422.546	-	1.759

Valor justo dos instrumentos financeiros

Controladora					
		31/12/2022		31/12/2021	
	Nível	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	56	56	3.303	3.303
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	17	17	454	454
Outras contas a receber	Nível 2	93	93	7	7
Fornecedores	Nível 2	370	370	1.089	1.089
Outras contas a pagar	Nível 2	24	24	45	45
		560	560	4.898	4.898

Consolidado					
		31/12/2022		31/12/2021	
	Nível	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	69.043	69.043	56.462	56.462
Contas a receber partes relacionadas	Nível 2	17	17	454	454
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	12.492	12.492	-	-
Outras contas a receber	Nível 2	544	544	1	1
Fornecedores	Nível 2	16.171	16.171	1.550	1.550
Outras contas a pagar	Nível 2	97	97	209	209
Financiamentos	Nível 2	406.278	406.278	-	-
		504.642	504.642	58.676	58.676

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como *inputs* não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) Risco de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixas e equivalentes de caixa	56	3.303	69.043	56.462
Títulos de valores mobiliários	-	-	12.492	-
Contas a receber de partes relacionadas	17	454	17	454
Outras contas a receber	93	7	544	1
Total transações no resultado	166	3.764	82.096	56.917

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional a Companhia e suas controladas não apresentam exposição a tal risco. Adicionalmente, de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha, priorizando investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

31 de dezembro de 2022

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor		1 ano	2 - 5	6 - 10	Mais	
contábil	Total	ou	anos	anos	que	
		menos			10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	16.711	16.711	16.711	-	-	-
Outras contas a pagar	97	97	97	-	-	-
Financiamentos	<u>406.278</u>	<u>775.420</u>	<u>4.834</u>	<u>153.607</u>	<u>184.367</u>	<u>432.612</u>
	<u>423.086</u>	<u>792.228</u>	<u>21.642</u>	<u>153.607</u>	<u>184.367</u>	<u>432.612</u>

31 de dezembro de 2021

		Consolidado				
		Fluxos de caixa contratuais				
Valor		1 ano	2 - 5	6 - 10	Mais	
contábil	Total	ou	anos	anos	que	
		menos			10 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	1.550	1.550	1.550	-	-	-
Outras contas a pagar	209	209	209	-	-	-
	<u>1.759</u>	<u>1.759</u>	<u>1.759</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(ii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo realizou importação de ativo imobilizado para a construção das usinas fotovoltaicas, porém em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não possui saldos passivos em moeda estrangeira, logo não está sujeita ao risco cambial.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2022	Cenário provável 31/12/2023	Sensibilidade		
			Provável	Δ + (-) 25%	Δ + (-) 50%
Risco de aumento da taxa de juros e índices IPCA (a)	5,79%	5,31%	5,31%	6,64%	7,97%
Risco de redução da taxa de juros e índices CDI (b)	12,39%	12,37%	12,37%	15,46%	18,56%

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2022	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Financiamentos	IPCA	(406.278)	(21.573)	(26.967)	(32.360)	(16.180)	(10.787)
Total		(406.278)	(21.573)	(26.967)	(32.360)	(16.180)	(10.787)

Risco de redução (ativo)

Aplicações financeiras	CDI	<u>81.453</u>	<u>10.076</u>	<u>12.595</u>	<u>15.114</u>	<u>7.557</u>	<u>5.038</u>
------------------------	-----	---------------	---------------	---------------	---------------	--------------	--------------

- (a) Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo – Boletim Focus
(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

22 Contingências

A Companhia e suas controladas não possuem contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como provável ou possível em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

23 Demonstração dos fluxos de caixa

Transações que não envolvem caixa:

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	Nota	<u>2022</u>	<u>2022</u>
Juros sobre financiamentos incorridos	15	-	5.997
Custos de captação incorridos	15	-	168
Fornecedores	14	-	15.527
Aquisição ao ativo imobilizado	12	-	(21.692)
Efeito líquido no fluxo de caixa		<u>-</u>	<u>-</u>

		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
		<u>2021</u>	<u>2021</u>
Redução de capital em investidas		6.035	-
Aquisição de intangível		-	(68)
Aquisição de ativo imobilizado		(154)	-
Transferência de ativo imobilizado		-	(6.996)
Transferência de investimentos – cisão		6.541	6.541
Transação de capital		(4.469)	(4.469)
Capital social decorrente de cisão ocorrida em 30 de novembro de 2021		(10.008)	(10.008)
Redução de capital		9.752	9.752
Efeito líquido no fluxo de caixa		<u>-</u>	<u>-</u>

24 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 a 2037</u>
TUST (a)	(12.293)	(12.796)	(13.229)	(13.613)	(180.590)
Contratos de (O&M) (b)	(2.473)	(2.225)	(2.534)	(2.669)	(39.490)
Seguros e garantia (c)	(896)	(930)	(869)	(895)	(10.661)
Arrendamento (d)	(421)	(1.506)	(1.564)	(1.611)	(21.400)
Outros (e)	(3.643)	(2.936)	(3.059)	(3.163)	(42.713)
Total	<u>(19.726)</u>	<u>(20.393)</u>	<u>(21.255)</u>	<u>(21.951)</u>	<u>(294.854)</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

c) Seguros e garantias

A Companhia possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

d) Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento dos terrenos pertinentes a utilização para instalação do parque fotovoltaico.

e) Outros

A Companhia possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

25 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2023, a controlada Atlas Lar do Sol Holding S.A., iniciou a operação de venda de energia para atender ao contrato firmado em 16 de julho de 2021 no ambiente de mercado livre (ACL), com duração até 31 de dezembro de 2023. A energia para o suprimento para o 1º trimestre do contrato, será adquirida no mercado livre. Posteriormente o contrato será suprido pela geração das controladas da Empresa.

Luiz Maia Gutierrez Ballester
Diretor
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi
Contador
CRC: 1SP206243/O-5
CPF: 008.175.478-78

* * *